Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

A Technos S.A. (a "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada na cidade do Rio de janeiro - RJ - Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia detinha participação direta de 100% no capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. ("TASA") e no capital da SCS Comércio de Acessórios de Modas Ltda. ("SCS"), empresas consolidadas nessas demonstrações financeiras (conjuntamente "Grupo").

Em 24 de julho de 2012 a SCS e a TASA adquiriram as Companhias: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., (iv) You Time Relógios Ltda., e (v) Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda.

Em 28 de junho de 2011 a CVM deferiu o pedido de registro de Companhia Aberta, categoria "A", sob o código 2251-9, com início de negociação de suas ações na BM&FBOVESPA em 1º de julho de 2011. As ações são negociadas sob o código "TECN3".

Em 22 de março de 2013 a controlada TASA adquiriu 100% do capital votante e 95,84% do capital social total da Dumont Saab do Brasil S.A. ("Dumont"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Companhia que foi incorporada pela TASA durante o exercício de 2013.

Em abril de 2016 a TASA constituiu uma subsidiária em Hong Kong, sob a razão social de MVT Limited e sua atividade social é de importação e exportação.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Technos S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de fevereiro de 2017.

## 2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos derivativos mensurados a valor justo contra o resultado e pela utilização de estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, obsolescência do estoque, imposto de renda e contribuição social diferido e provisão para garantia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. As informações demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo as mesmas políticas contábeis, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para a elaboração das demonstrações financeiras auditadas no encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e, consequentemente, devem ser lidas em conjunto com estas.

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reclassificou o valor de R\$74.955 da rubrica de ativo intangível para a de investimentos, ambas dentro do ativo não circulante, para fins de melhor apresentação das demonstrações financeiras da Controladora, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (vide Nota 8). Essa reclassificação não teve qualquer impacto sobre o patrimônio líquido ou resultados da Controladora no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

#### 2.1. Sazonalidade

A Companhia não opera com impactos sazonais significativos durante o período, entretanto, no mercado interno, em geral, no quarto trimestre a demanda é ligeiramente mais forte do que nos demais trimestres, em razão das celebrações comemorativas de Natal e Ano Novo.

## 2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Technos S.A. e de suas controladas diretas e indiretas, conforme descrito na Nota 8. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Com exceção do resgate das ações de não controladores, também mencionado na Nota 8, a Companhia não apresentou outras alterações de participações em empresas consolidadas nem nas bases para consolidação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, portanto são as mesmas utilizadas em 31 de dezembro de 2015.

## a) Controladas

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida.
- Direitos originados de acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.2. Base de consolidação--Continuação

## a) Controladas--Continuação

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.2. Base de consolidação--Continuação

## a) Controladas--Continuação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. O percentual de participação nas empresas do grupo está disposto na Nota 8.

A empresa líder do Grupo é a Technos S.A., sediada no Brasil, onde negocia suas ações na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBovespa). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Grupo não possuía empresas controladas em conjunto ou coligadas.

## b) <u>Transações com participações de não controladores</u>

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

## 2.3. Apresentação de informação por segmentos

A administração da Companhia analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função da estrutura do Grupo e das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho ser elaboradas considerando os resultados do Grupo como um todo a Technos S.A. possui somente um segmento. Adicionalmente, os tomadores de decisões podem efetuar caso necessário, determinadas análises sobre certas informações mais detalhadas dos produtos, marcas e outras divisões do Grupo, que não se qualificam como segmentos para divulgação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.4. Segregação entre circulante e não circulante

A Sociedade e suas controladas apresentam os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação entre circulante e não circulante.

Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera realiza-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional.
- For mantido principalmente para negociação.
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.
- Caixa e equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto a sua troca ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Sociedade e suas controladas classificam todos os demais ativos e passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

## 2.5. Conversão de moeda estrangeira

#### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas exceto pela controlada indireta MVT Limited. A moeda de apresentação do Grupo também é o real.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.5. Conversão de moeda estrangeira--Continuação

## a) Moeda funcional e moeda de apresentação--Continuação

Os ativos e passivos das controladas diretas e indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

## b) <u>Transações e saldos</u>

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como "Receita ou despesa financeira". Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

## 2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

#### 2.7. Ativos financeiros

### 2.7.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

## a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

#### 2.7.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no período em que ocorrem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.7. Ativos financeiros--Continuação

## 2.7.2. Reconhecimento e mensuração--Continuação

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

## 2.7.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### 2.7.4. *Impairment* de ativos financeiros

#### a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício social do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.7. Ativos financeiros--Continuação

### 2.7.4. Impairment de ativos financeiros--Continuação

## a) Ativos mensurados ao custo amortizado--Continuação

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.7. Ativos financeiros--Continuação

## 2.7.4. Impairment de ativos financeiros--Continuação

## b) Ativos classificados como disponíveis para venda--Continuação

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

#### 2.8. Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e reconhece os derivativos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são subsequentemente, reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

#### 2.9. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação do Grupo, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.9. Contas a receber de clientes--Continuação

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos. O risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 6).

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa descontados. A taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) na data da transação é utilizada como taxa de desconto. A referida taxa é compatível com transações de natureza, prazo e riscos em condições similares de mercado, considerando o histórico de recebimento do Grupo. A outra premissa chave no cálculo do valor presente é o prazo de recebimento. Utilizamos como premissa o prazo individual de cada nota fiscal faturada. O Grupo reavalia essa metodologia trimestralmente, atualizando suas premissas conforme as práticas comerciais de prazos efetivamente registradas assim como alterações na taxa SELIC vigente.

#### 2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas Custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

Os lucros não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados, conforme descrito na Nota 2.2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.11. Ativos intangíveis

## a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

## b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como "Licenciamentos a pagar". As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada entre 1 e 5 anos. Para as marcas de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de redução do valor recuperável (Nota 9).

#### c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente que varia de 1 a 5 anos.

#### d) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de 1 a 5 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

#### 2.12. Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que resultem em benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados por possuir vida útil indefinida, porém, conforme CPC 01 são testados no mínimo anualmente sobre possibilidade de redução do valor recuperável. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anne

	Allos
Edificações próprias	25
Benfeitorias em imóveis de terceiro	3 a 5
Equipamentos e instalações	10
Veículos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	5 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 10).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado do exercício.

O Grupo revisa as taxas de vida útil das principais classes de ativos anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.13. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e determinadas marcas e terrenos, não estão sujeitos à amortização ou depreciação e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são integralmente agrupados na Technos da Amazônia S.A. ("TASA"), que concentra as principais operações do Grupo. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

## 2.14. Fornecedores e licenciamentos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços ou licenciamentos de marcas que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## 2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

#### 2.16. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos recursos financeiros requeridos para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que fossem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões de naturezas cíveis, trabalhista, previdenciária e fiscal objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços.

#### 2.17. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, juros e atualizações monetárias.

#### 2.18. Tributação

#### a) Tributos incidentes sobre receita

As despesas de impostos e contribuições sobre as vendas do Grupo consistem em ICMS alíquota média de 12,5%, PIS e COFINS alíquotas médias de 1,30% (PIS) e 6,00% (COFINS) e ISS alíquota média de 4,5%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.18. Tributação--Continuação

## a) Tributos incidentes sobre receita--Continuação

Crédito estímulo do ICMS

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus - AM. Consequentemente, a despesa com esses tributos registrada na demonstração do resultado como dedução de vendas é contabilizada pelo valor líquido de 45%, portanto, a receita líquida considera tal benefício.

## b) Imposto de renda e contribuição social corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus - AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Consequentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.18. Tributação--Continuação

### c) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.19. Benefícios a empregados

## a) Participação dos empregados nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation). As provisões intermediárias são constituídas com base nas projeções de resultado e do pagamento a ser feito ao final do ano, considerando a parcela desse resultado atual atribuível ao resultado do exercício.

## b) Plano de opção de compra de ações - stock options

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com acões disponíveis, segundo os quais a Companhia recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opcões) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos serviços do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido (vesting períod); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.19. Benefícios a empregados--Continuação

## b) Plano de opção de compra de ações - stock options--Continuação

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

## c) Outros benefícios

O Grupo oferece ainda outros benefícios aos seus funcionários como: assistência médica, seguro de vida, vale refeição ou refeição em refeitório e auxilio educação, independentemente do nível hierárquico. Adicionalmente, de acordo com a localidade do funcionário e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e aparelho de telefonia móvel. As despesas relacionadas a esses benefícios são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

O Grupo não oferece qualquer tipo de benefício pós-emprego aos seus funcionários.

#### 2.20. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

#### 2.21. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

#### 2.22. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos, representando no mínimo 99% da receita total, no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, e do ajuste a valor presente.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### a) Venda de produtos

O Grupo, por meio da TASA, monta e vende uma variedade de relógios no mercado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o lojista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com as características da fatura; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

A garantia é assegurada aos consumidores pelo prazo de até 12 meses, a partir da data da venda do lojista ao consumidor final. As vendas são registradas com base no valor justo. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de aproximadamente 120 dias e são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa SELIC, que a administração acredita ser compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado (Nota 2.9).

#### b) Vendas de serviços

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.22. Reconhecimento da receita--Continuação

### c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

## 2.23. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

#### 2.24. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando o Grupo recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.25. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### 2.26. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

O Grupo não é arrendador de nenhum bem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

#### 2.27. Novos pronunciamentos contábeis

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo são abaixo apresentadas. O Grupo pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.

## IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas

A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes.

A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois o grupo elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS em vigência.

#### IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.27. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

## IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes--Continuação

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture)

As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultante da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

#### IAS 7 - Iniciativa de divulgação - Alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção das alterações resultará em divulgação adicional pelo Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.27. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

# IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas - Alterações à IAS 12

As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível.

Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente. Contudo, na adoção inicial das alterações, a mudança no patrimônio líquido inicial do período comparativo mais antigo pode ser reconhecida nos lucros acumulados iniciais (ou em outro componente do patrimônio líquido, conforme o caso), sem alocação da mudança entre os lucros acumulados iniciais e outros componentes do patrimônio líquido. As entidades que adotarem essa isenção devem divulgar tal fato. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada.

Se uma entidade adotar as alterações para um período anterior, ela deve divulgar tal fato. A expectativa é que não ocorra nenhum impacto sobre o Grupo como resultado dessas alterações.

# IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.27. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas - Alterações à IAS 12

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações financeiras consolidadas

### IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanco patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação--Continuação

## 2.27. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Com base numa avaliação preliminar das novas normas descritas acima, a Administração não espera que as mesmas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidas da Companhia.

# 3. Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis do Grupo

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

#### a) Perda (impairment) estimada de ágio

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda (Nota 19).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis do Grupo

--Continuação

## a) Perda (impairment) estimada de ágio--Continuação

O Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor justo, líquido de despesa de venda e alocou tal ágio a uma única unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de mercado com base na última cotação das ações registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) menos os custos associados a essa venda. O resultado indica valor recuperável superior ao valor contábil, consequentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

## b) Provisão para contingências

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 13.

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

## c) Provisão de impairment de estoques

A provisão de *impairment* de estoques é registrada quando a administração do Grupo avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão de *impairment* de estoques está descrita na Nota 7.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de *impairment* de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis do Grupo

--Continuação

## c) Provisão de *impairment* de estoques--Continuação

No caso de obsolescência, mensalmente a administração do Grupo, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de *impairment* por obsolescência.

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para *impairment*.

## d) Perdas estimadas para liquidação duvidosa

O Grupo analisa a existência e evidência de perda para determinar quando um contas a receber de clientes não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, o desempenho do setor e do segmento. A administração classifica seus clientes por Grupos, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação do risco de crédito de liquidação duvidosa.

### e) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas e se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço (Nota 22.3).

#### f) Provisão de assistência técnica de produtos em garantia pós venda

Com base em histórico de índice de defeito o grupo registra em conta do passivo estimativa de gastos futuros com assistência técnica de produtos em garantia. Mensalmente a estimativa é analisada para identificação de ajustes pontuais e alinhamento do procedimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Conso	lidado
	2016	2015	2016	2015
Caixa	-	-	17	106
Depósitos bancários de curto prazo Operações compromissadas lastreadas em	144	67	14.135	14.869
debêntures		-	2.826	5.041
	144	67	16.978	20.016

Os saldos mantidos como equivalentes de caixa são remunerados em média de 95% a 100% do Cerificados de Depósitos Interbancários (CDI), e mantidos em instituições de primeira linha, não possuindo quaisquer restrições ou penalizações por resgates antecipados.

### 5. Títulos e valores mobiliários

O Grupo mantém os títulos e valores mobiliários concentrados em operações compromissadas lastreadas em debêntures, classificados no ativo circulante, bem como aplicações em cotas de fundo de investimento vinculadas à conta *escrow* em garantia ao pagamento de contas a pagar em aquisição societária da Dumont (Nota 9), classificadas no ativo não circulante. O montante das aplicações financeiras é de R\$24.621 em 31 de dezembro de 2016 (R\$27.002 em 2015). Ambas as aplicações possuem remuneração média de 100% do CDI, e são mantidas em instituições de primeira linha.

## 6. Clientes e outras contas a receber

Consolidado		
2016	2015	
227.346	238.601	
7.756	6.018	
(5,234)	(6.473)	
(10.201)	(10.872)	
219.667	227.274	
219.620 47	227.047 227	
	2016 227.346 7.756 (5.234) (10.201) 219.667	

Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Clientes e outras contas a receber--Continuação

Abaixo, segue o saldo de contas a receber por prazo de vencimento:

	Consoli	dado
	2016	2015
A vencer Vencidos	189.568	212.979
Até 90 dias	13.833	11.237
Entre 91 a 180 dias	6.523	7.065
Acima de 181 dias	25.178	13.338
Clientes e outras contas receber	235.102	244.619

O saldo líquido das contas a receber aproxima-se do valor justo e foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa SELIC como taxa de desconto média de 13,95% (14,25% em 31 de dezembro de 2015), diminuídos da provisão para perda de contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2016, no consolidado, as contas a receber de clientes, no total de R\$10.201 (R\$10.872 em 2015), analisadas quanto à sua recuperação caso a caso, foram classificadas como não recuperáveis e provisionadas. Não havia contas a receber na Controladora. As contas a receber individualmente classificadas como não recuperáveis referemse principalmente a lojistas especializados, e são pulverizados. Os saldos em atraso são pulverizados e não há qualquer valor individual por lojista superior a 2% do saldo total em atraso. Para os saldos em atraso, o Grupo toma medidas, que incluem cobranças administrativas visando à recuperação desses créditos.

Para as demais contas a receber de clientes, que se encontram vencidas, não foi constituída provisão para perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, uma vez que referem-se a uma série de clientes que já estão com a dívida negociada ou em processo de negociação com expectativa de desfecho favorável para a Companhia, de forma que a Administração não espera incorrer em perdas apesar dos atrasos.

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Consolidado		
	2016	2015	
Saldo inicial	10.872	10.495	
Provisão para perda de contas a receber	6.278	6.153	
Reversão ou baixa de provisão para perda	(6.949)	(5.776)	
Saldo contábil	10.201	10.872	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Contas a receber de clientes--Continuação

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil das contas a receber. O Grupo não mantém nenhum título como garantia e não foi efetuado qualquer desconto de duplicatas.

As contas a receber de clientes são integralmente denominadas em Reais.

# 7. Estoques

	Consolid	ado
	2016	2015
Produtos acabados	89.589	105.875
Produtos em processo	996	2.240
Componentes	71.026	80.676
Importações em andamento	127	69
Adiantamentos a fornecedores	1.324	3.515
Provisão para perda de estoque	(37.132)	(39.659)
·	125.930	152.716

A política do Grupo para perda com estoques, considera perdas estimadas com obsolescência baseada em informações históricas, tanto em função do giro quanto da qualidade física dos estoques.

As movimentações na provisão para valor de realização de estoques do Grupo são as seguintes:

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial Constituição de provisão para perda em estoques Reversão de provisão para perdas em estoques/Venda estoque obsoleto	39.659 2.894 (5.421)	36.945 3.918 (1.204)
Saldo contábil	37.132	39.659

A provisão para perda de estoques foi constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Investimentos

A Companhia possui as seguintes participações diretas e indiretas:

			Percentual e tipo de participação		
Nome		<del>-</del>	Direta/indireta	2016	2015
TASA (a)	Brasil	Fabricação de relógios	Direta	100,0	100,0
TASS	Suíça	Escritório de representação	Indireta	100,0	100,0
SCS	Brasil	Comércio varejista	Direta	100,0	100,0
TOUCH	Brasil	Comércio varejista	Indireta	100,0	100,0
MVT (b)	Hong Kong	Trade	Indireta	100,0	100,0

- (a) Em reunião de diretoria realizada em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovado o resgate das ações preferenciais da TASA mediante o cancelamento e retirada de circulação das referidas ações, sem redução do capital social da Companhia, sendo o valor unitário de resgate correspondente ao valor patrimonial por ação, com base no balanço encerrado em 31 de dezembro de 2014, totalizando R\$1.605, desse montante foram pagos R\$502, restando R\$1.103 a pagar.
- (b) Em abril de 2016 a TASA constituiu uma subsidiária em Hong Kong, sob a razão social de MVT Limited e sua atividade social é de importação e exportação. O capital social foi subscrito em US\$100 mil dólares e ainda pendente de integralização. A partir de julho de 2016 a MVT iniciou suas atividades operacionais.

A movimentação dos investimentos é como segue:

	Controladora	
	2016	2015
Em 1º de janeiro	454.814	380.848
Equivalência patrimonial	(339)	22.929
Participação por ajuste reflexo no patrimônio de subsidiária	4	2.122
Dividendos (a)	(20.396)	(30.130)
Aumento de capital (b)	17.900	, ,
Reclassificação de ágio do ativo intangível (Nota 2)	-	74.955
Opções de ações	2.845	4.100
Outros	-	(10)
	454.828	454.814

<sup>(</sup>a) Saldo de dividendos integralmente deliberados pela controlada TASA.

<sup>(</sup>b) Subscrição de capital, totalmente integralizada, no montante de R\$17.900, conforme 25ª alteração contratual da controlada SCS em 30 de junho de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 8. Investimentos--Continuação

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das principais controladas diretas e indiretas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

			Patrimônio		Lucro
	Ativo	Passivo	líquido	Receita	(prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2016					
TASA	610.308	236.910	373.398	356.895	10.504
TASS	8	35	(27)	<u> </u>	
SCS	61.216	53.392	7.824	19.978	(13.532)
TOUCH	246	226	20	-	-
MVT	1.969	495	1.474	868	1.148
Em 31 de dezembro de 2015					
TASA	658.762	278.192	380.570	400.528	35.353
TASS	6	22	(16)	-	(1)
SCS	53.000	49.673	3.327	14.467	(10.908)
TOUCH	246	226	20	-	-

A conciliação entre o investimento em subsidiárias e o patrimônio líquido e o lucro líquido das subsidiárias é demonstrado a seguir:

	2016	2015
Patrimônio líquido das subsidiárias Menos	382.689	383.901
Lucro não realizado em estoque em operações entre subsidiárias Ajustes em operações entre subsidiárias Patrimônio líquido de subsidiárias controladas indiretamente	(1.260) (89) (1.467)	(3.949) (89) (4)
Fatilitionio ilquido de subsidiarias controladas indiretamente		(4)
Patrimônio líquido ajustado das subsidiárias	379.873	379.859
Lucro líquido (prejuízo) das subsidiárias Menos	(3.028)	24.444
Lucro não realizado em operações entre as subsidiárias Participação de não controladores	2.689	(1.500) (15)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado das subsidiárias	(339)	22.929

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Intangível

			Consolidado		
	Ágios	Software	Marcas e licenciamentos	Relações contratuais com clientes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014 Aquisições Impairment Amortização Outros	220.539 - - - - 6.299	3.743 1.377 - (1.489)	24.820 1.980 (403) (1.367)	11.900 - - (3.682) -	261.002 3.357 (403) (6.538) 6.299
Em 31 de dezembro de 2015	226.838	3.631	25.030	8.218	263.717
Custo Amortização acumulada	226.838	9.824 (6.193)	29.939 (4.909)	17.371 (9.153)	283.972 (20.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	226.838	3.631	25.030	8.218	263.717
Aquisições Transferência Baixa -custo Baixa - amortização Amortização	: : :	4.639 (392) - - (1.412)	1.378 607 (763) 103 (1.539)	- - - - (3.573)	6.017 215 (763) 103 (6.524)
Em 31 de dezembro de 2016	226.838	6.466	24.816	4.645	262.765
Custo Amortização acumulada	226.838	14.071 (7.605)	31.161 (6.345)	17.371 (12.726)	289.441 (26.676)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	226.838	6.466	24.816	4.645	262.765

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$87 (R\$90 em 2015) referente à despesa de amortização foi imputado ao custo de produção, R\$2.435 (R\$1.911 em 2015) em "Despesas com vendas" e R\$4.002 (R\$4.537 em 2015) em "Despesas administrativas".

Aos ativos intangíveis de software, marcas e licenciamento e relações contratuais com clientes, exceto os ativos de vida útil indefinida, aplica-se a taxa de amortização anual calculada linearmente entre 20% a 100% ao ano.

Em 2014 a Technos obteve o direito da utilização da marca Euro e Allora em definitivo. Decorrente desta negociação houve baixa de intangível de R\$2.879 referente à licença anterior e adição de R\$838 referente à nova licença com vida útil indefinida, vide Nota 24.1(ii).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Intangível--Continuação

# Ágios

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas (T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$123.171) foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura, e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém está sujeito a teste anual de *impairment*.

Em 22 de março de 2013, a Companhia adquiriu de Famag Participações S.A. e Roumanos Youssef Saab (pessoa física), em conjunto, "vendedores", 100% do capital votante (e 95,84% do capital total) da Dumont Saab do Brasil S.A. ("Dumont" ou "adquirida"), uma empresa que atua na produção e comércio de relógios, com sede no estado do Amazonas, por R\$182.107, integralmente pago em caixa para os vendedores. O ágio de R\$81.904 que surge da aquisição é atribuível à sinergia a ser obtida com a integração das operações da adquirida às economias de escala esperadas da combinação de suas operações às da Companhia.

Em 24 de julho de 2012 o Grupo, através de suas controladas SCS e a TASA. adquiriu 100% das quotas das seguintes sociedades: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., detentora da marca Touch e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil, (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus, e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., You Time Relógios Ltda., e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda., representando três lojas próprias no estado do Rio de Janeiro. O ágio de R\$20.831 que surgiu da aquisição é atribuível basicamente às economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo e das unidades Touch.

# Testes de verificação de *impairment* para ágio e ativos tangíveis intangíveis de vida útil indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a Unidade Geradora de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pela Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Intangível--Continuação

Testes de verificação de *impairment* para ágio e ativos tangíveis intangíveis de vida útil indefinida--Continuação

Para fins de testes, os três ágios foram integralmente alocados ao investimento na TASA, por ser considerada a única UGC.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado, também conhecido como Discounted Cash Flow (DCF). O conceito básico desta metodologia resume-se na determinação dos fluxos de caixa livres em um período determinado, em função do resultado operacional, do retorno ao resultado operacional da depreciação sobre o ativo imobilizado, apropriada ao resultado do exercício e da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em função do ciclo financeiro da Companhia.

Os saldos de caixa por período são calculados a valor presente, descontados através da aplicação da taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capitais (Weighted Average Cost of Capital (WACC)). Esta taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades.

Foi considerado um período de fluxo de caixa de cinco anos de acordo com as projeções da Companhia, acrescidos do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no quinto ano, descontado ao valor presente pelo WACC diminuído da expectativa de crescimento na perpetuidade.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2016, para a UGC, são as que seguem:

Resultado operacional líquido: 20%

Perpetuidade: 5%

Taxa de desconto (WACC): 15%

Margem líquida média do período orçado de cinco anos Taxa de crescimento do fluxo de caixa em perpetuidade

A administração determinou a margem líquida orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas futuras. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as projeções das premissas. As taxas de desconto utilizadas estão em linha com as praticadas no mercado interno e refletem riscos específicos em relação ao segmento operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31	5.096	6.309	4.712	6.134	11.081	33.363
Aquisições Transferência de bens destinados a venda - custo Transferência de bens destinados a venda - depreciação	106	801 8.672 (2.047)	3.857 - - (4)	450 - - 4	2.372 - -	1.923 - - 59	9.403 8.778 (2.047) 59
Reversão de <i>impairment</i> Baixa - custo Alienações - depreciação Depreciação	- - -	- - (669)	(4) (978) 796 (2.976)	(123) 111 (784)	(3.059) 667 (640)	(327) 91 (2.068)	(4.487) 1.665 (7.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	137	11.853	7.004	4.370	5.474	10.759	39.597
Custo Depreciação acumulada	137	21.501 (9.648)	18.201 (11.197)	16.781 (12.411)	6.407 (933)	21.551 (10.792)	84.578 (44.981)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	137	11.853	7.004	4.370	5.474	10.759	39.597
Aquisições Transferências Impairment Baixa - custo Alienações - depreciação Depreciação	: : : :	388 58 - (1.716) 126 (635)	1.304 (243) - (7) 12 (2.680)	167 254 4 - - (773)	3.114 - - (3.068) 732 (574)	2.348 (285) 5 (224) 13 (2.136)	7.321 (216) 9 (5.015) 883 (6.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	137	10.074	5.390	4.022	5.678	10.480	35.781
Custo Depreciação	137 -	20.231 (10.157)	19.255 (13.865)	17.206 (13.184)	6.453 (775)	23.395 (12.915)	86.677 (50.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	137	10.074	5.390	4.022	5.678	10.480	35.781

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# **10.** Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$1.742 (R\$1.935 em 2015) referente à despesa de depreciação foi imputado ao custo de produção, R\$3.260 (R\$2.937 em 2015) em "Despesas com vendas" e R\$1.796 (R\$2.265 em 2015) em "Despesas administrativas".

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do imobilizado em conjunto com o teste mencionado na Nota 9, concluindo que não há necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável.

# 11. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado		
	2016	2015	
Circulante			
Empréstimos bancários - moeda estrangeira	59.614	71.924	
Arrendamentos mercantis	1.291	-	
	60.905	71.924	
Não circulante			
Empréstimos bancários - moeda estrangeira	39.862	95.519	
Arrendamento mercantis	752	-	
	40.614	95.519	
	101.519	167.443	

Em setembro de 2015, a Companhia obteve empréstimo bancário, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$141.700 (equivalente a US\$36.693), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 2,4% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 13 de abril de 2018. O saldo atualizado da dívida em 31 de dezembro de 2015 era de R\$148.404. A dívida será declarada vencida antecipadamente se o quociente de divisão da dívida líquida pelo EBTIDA em dezembro de cada ano for inferior a 3,50 e se o quociente de divisão do EBTIDA pelo resultado financeiro for inferior a 1,50. Esses recursos foram utilizados para liquidar as obrigações em aberto de debêntures. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia estava em cumprimento com todas as obrigações estabelecidas contratualmente.

Em fevereiro de 2015, a Companhia obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$17.022 (equivalente a US\$6.000), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 2,15% ao ano. Esse empréstimo tem fluxo de vencimento até 12 de fevereiro de 2016e foi integralmente quitado dentro do prazo de vencimento inicial.

Em setembro de 2016, a Companhia obteve empréstimo bancário, em moeda estrangeira, junto a banco de primeira linha, no valor de R\$20.000 (equivalente a US\$6.060), remunerado pela variação cambial mais taxa de juros de 4,84% ao ano, com vencimento em 15 de setembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos bancários captados no exterior estão 100% protegidos com *swap* em reais limitados a variação do CDI, acrescidos em média de 0,85% ao ano. Vide maiores detalhes na Nota 21.

Em 2016 a Companhia celebrou contratos de arrendamentos mercantis financeiros para financiamento de renovação de sua frota de veículos, junto ao banco Santander e Bradesco, sendo aplicado a taxa anual média de 18,65%. O financiamento será liquidado em 36 parcelas mensais e o recurso será utilizado dentro do cronograma de renovação da frota. Em 31 de dezembro de 2016 já havia sido utilizado o montante de R\$1.055. Não existia operação dessa natureza em 2015.

O vencimento dos empréstimos e financiamentos do Grupo, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é como segue:

Consolidado

	2016	2015
Vencimento em 2016	_	71.924
Vencimento em 2017	60.905	47.760
Vencimento em 2018	40.301	47.759
Vencimento em 2019	313	-
	101.519	167.443

#### 12. Fornecedores

	Consolidado	
	2016	2015
Fornecedores nacionais	17.846	11.304
Fornecedores estrangeiros	14.673	7.747
-	32.519	19.051

Termos e condições dos passivos financeiros acima referidos:

- Contas a pagar a fornecedores não rendem juros e são geralmente liquidadas geralmente em prazos de 45 dias nas compras nacionais e até 360 dias nas compras internacionais.
- Os juros a pagar, caso existam, são geralmente liquidados ao longo do exercício social.
- Para explicações sobre o processo de gerenciamento do risco de liquidez do Grupo, consulte a Nota 22
- Os saldos de fornecedores internacionais são convertidos a taxa de fechamento do período contábil e a variação cambial registrada no resultado do exercício como despesas ou receitas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 13. Provisões

Na data das informações contábeis, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a provisões

		Consolidado		
	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2014 Provisão no exercício Reversão de provisão	21.685 1.124 (598)	5.898 402 (136)	1.134 129 (217)	28.717 1.655 (951)
Em 31 de dezembro de 2015	22.211	6.164	1.046	29.421
Provisão no exercício Reversão de provisão	1.953 (1.158)	93 (664)	1.927 (266)	3.973 (2.088)
Em 31 de dezembro de 2016	23.006	5.593	2.707	31.306

#### a) Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

#### Tributárias

Referem-se, substancialmente, a tributação de PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio recebido de empresa controlada no período de 2004 a 2005. Também estão considerados os impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

#### Trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de colaboradores vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

No que se refere aos prazos de conclusão dos processos, a maioria dos processos provisionados referem-se a matérias de natureza tributária para os quais estimamos prazos médios de realização para esses passivos, geralmente, num horizonte de 3 a 5 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Provisões--Continuação

### b) Perdas possíveis

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consc	Consolidado	
	2016	2015	
Tributário	45.485	46.105	
Trabalhista	1.296	572	
Cível	777	816	
	47.558	47.493	

#### c) Movimentação dos depósitos judiciais

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	678	1.990
Depósitos judiciais no exercício	2.058	75
Depósitos baixados no exercício	(843)	(1.433)
Atualização monetária	102	46
	1.995	678

#### d) Outros ativos não circulantes

O saldo refere-se preponderantemente a sentença favorável que a Companhia obteve em ação judicial que questiona a cobrança da Taxa de Serviços Administrativos (TSA) da Suframa, impetrada em 2014. Em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal que em sede de repercussão geral reconheceu a inconstitucionalidade da TSA, em decisão plenária e definitiva, a Companhia reconheceu em 2016 a recuperação do indébito no montante de R\$15.125, sendo R\$10.864 de principal e R\$4.261 de correção monetária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Tributos

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são em sua maioria de 6,25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, considerando o benefício fiscal do lucro da exploração.

O imposto de renda e contribuição social diferidos em de 31 de dezembro de 2016 e 2015 referem-se a:

	Conso	lidado
	2016	2015
Saldos ativos (passivos)		
Benefício fiscal de incorporação	(58.455)	(55.217)
Provisão baixa estoque obsoleto	4.838	5.009
Variação cambial líquida	(2.735)	451
Opções em ações	1.812	1.568
Ajuste a valor presente	471	579
Outros	3.399	909
	(50.670)	(46.701)

A Administração tem a expectativa de que os valores dos ativos de imposto diferido se realizem num período de até 3 anos. Os impostos diferidos passivos referem-se em sua maioria, principalmente, a diferença no tratamento da amortização do ágio o qual desde 31 de dezembro de 2008 é apenas permitido para fins fiscais. Sua realização se dará na ocasião de eventual registro de perda do valor recuperável do ágio ou na alienação do investimento que deu origem ao referido ágio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Tributos--Continuação

#### b) Demonstração consolidada do resultado

	Consolidado	
	2016	2015
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(178)	7.223
Imposto de renda e contribuição social diferidos Realização de crédito fiscal de incorporação Geração e (estorno) de diferenças temporárias	3.750 219	3.119 (1.301)
Total do imposto diferido	3.969	1.818
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado	3.791	9.041

O imposto sobre o lucro do Grupo antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas. A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local do Brasil (alíquota hipotética) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.855	31.056
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	(631)	(10.559)
Incentivo fiscal imposto de renda	-	5.863
Créditos de prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos (a)	(4.230)	(4.535)
Efeitos da tributação por método diferente do lucro real	3.686	1.814
Provisões indedutíveis (b)	(2.616)	(1.624)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(3.791)	(9.041)
Correntes	178	(7.223)
Diferidos	(3.969)	(1.818)
	(3.791)	(9.041)
Alíquota efetiva	204,4%	29,1%

<sup>(</sup>a) Os montantes não foram registrados devido a não expectativa de realização através da geração futura de lucros tributáveis.

<sup>(</sup>b) A Companhia possui um montante acumulado de cerca de R\$ 7.699 (R\$ 5.666 em 2015) relativos a créditos diferidos de imposto de renda da TASA, calculados sobre diferenças temporárias, para os quais a Administração não possui estimativa razoável da alíquota e dos períodos em que tais créditos poderão ser realizados e, por esse motivo, os mesmos não foram registrados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Tributos -- Continuação

# b) <u>Demonstração consolidada do resultado</u>--Continuação

Os montantes não foram registrados devido a não expectativa de realização através da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia possui um montante acumulado de cerca de R\$7.699 (R\$5.666 em 2015) relativos a créditos diferidos de imposto de renda da TASA, calculados sobre diferenças temporárias, para os quais a Administração não possui estimativa razoável da alíquota e dos períodos em que tais créditos poderão ser realizados e, por esse motivo, os mesmos não foram registrados.

#### c) Impostos a pagar

	Consolidado	
	2016	2015
ICMS e IPI a pagar	1.296	2.193
PIS/COFINS a pagar	1.632	2.547
IR e Contribuições retidos na fonte a pagar	1.042	1.034
ISS a pagar	99	81
Outros	49	47
	4.118	5.902

#### d) Impostos a recuperar

	Consolidado		
	2016	2015	
ICMS e IPI a recuperar	7.438	8.195	
INSS a recuperar	4.139	3.293	
IR e CSL a recuperar	4.350	3.288	
PIS e COFINS a recuperar	2.491	3.879	
Outros impostos a recuperar	1.371	1.295	
	19.789	19.950	
Ativo circulante Ativo não circulante	7.261 12.528	12.337 7.613	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Patrimônio líquido

### 15.1. Capital autorizado e subscrito

O capital autorizado da Companhia é de 100.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal definido em estatuto.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social é representado por 78.506.215 (em 31 de dezembro de 2015, 78.506.215) ações ordinárias totalmente integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal.

#### 15.2. Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de agosto de 2014, aprovou o programa de recompra de ações de emissão da Companhia no total de 6.560.049 ações ordinárias, correspondendo a 10% do total de 65.600.494 do total de ações ordinárias em circulação.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de setembro de 2015, foi aprovada a extensão do programa de recompra de ações ordinária da Companhia, limitada a 4.984.808 ações, correspondendo a 8% do total de 62.310.094 ações ordinárias em circulação, com vigência até 24 de setembro de 2016.

As operações de recompra estão sendo realizadas a valor de mercado no pregão da BM&FBOVESPA.

Em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$11.208 (R\$11.208 em 31 de dezembro de 2015) registrado em ações em tesouraria corresponde à compra de 1.207.800 (1.207.800 em 31 de dezembro de 2015) ações ao preço médio unitário de R\$9,28.

### 15.3. Reserva legal, dividendos e lucro por ação

#### a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Patrimônio líquido--Continuação

#### 15.3. Reserva legal e dividendos--Continuação

#### b) Dividendos

Conforme o estatuto social, a Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável de 25% do lucro ajustado.

A reserva de dividendo adicional proposto refere-se aos dividendos propostos a serem deliberados na Assembleia Geral em observância a Lei das Sociedades por Ações.

	2015
Lucro líquido do exercício Constituição da reserva legal Incentivo fiscal	22.000 (1.100) (5.863)
Base de cálculo dos dividendos Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	15.037 3.759
Dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte	-
Dividendos (pagos) ou a pagar no final do exercício	3.759
Percentual de dividendos do exercício sobre o lucro líquido do exercício - %	17%

Durante o ano de 2015 foram deliberados e pagos dividendos por conta de reserva de lucros acumulados de exercícios anteriores no montante de R\$23.200. Também em 2015 foram pagos juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, deliberados em dezembro de 2014 no montante de R\$14.650. Devido ao prejuízo do exercício de 2016, não foram destinados dividendos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Patrimônio líquido--Continuação

#### 15.3. Reserva legal e dividendos--Continuação

#### c) Lucro por ação

#### (i) Básico

O lucro básico por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2016	2015
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	(1.936)	22.000
(milhares)	77.298	77.307
Lucro (prejuízo) básico por ação em R\$	(0,0250)	0,2846

#### (ii) Diluído

O lucro líquido diluído por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui somente uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

	2015
Lucro	
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	22.000
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	77.307
Ajustes de	
Opções de compra de ações (milhares)	3.447
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído	
por ação (milhares)	80.754
Lucro diluído por ação em R\$	0.2724
Lucio diluluo poi ação em rito	0,2724

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Patrimônio líquido--Continuação

#### 15.3. Reserva legal e dividendos--Continuação

- c) Lucro por ação
  - (ii) Diluído--Continuação

A Companhia não apresentou diferenças no cálculo do resultado básico e diluído por ação em 2016 em virtude das ações ordinárias potenciais reduzirem prejuízo por ação das operações continuadas. Conforme definido no CPC 41 - Resultado por ação, estas ações possuem efeito antidiluitivos.

### 15.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 14 de maio de 2010, a Companhia por meio de sua controlada SD Participações, adquiriu 10,04% de participação no capital total e votante na controlada TASA, sendo que o excedente pago em relação ao valor patrimonial das ações foi registrado como transação de capital diretamente no patrimônio líquido.

Conforme mencionado na Nota 9, em 27 de fevereiro de 2015 a controlada TASA resgatou o total de ações preferenciais emitidas, detidas por participação não controladora. As operações geraram efeitos contábeis registrados diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial".

#### 15.5. Reserva de lucros - incentivos fiscais reflexos

Com base no Art. 195-A da Lei das S.A., a Companhia destinou para reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente do lucro na exploração da sua subsidiária TASA, e esse montante foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

# 16. Plano de opção de compra de ações - stock options

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns executivos da TASA e SCS, controladas direta da Companhia e da própria controladora, pela emissão de ações da Technos S.A. Baseada nas normas descritas no CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, as Companhias reconhecem o resultado de compensação da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência no Grupo e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Plano de opção de compra de ações - stock options--Continuação

O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas. As opções têm um prazo máximo de exercício de 7 anos, sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 3% a 7% ou pela taxa CDI.

O valor justo médio das opções concedidas é determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes.

Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas são: preço médio ponderado da ação na data da concessão, apurado com base na cotação dos trinta últimos pregões, com até 10% de desconto, base para estabelecimento do preço de exercício na data de cada programa.

O preço de exercício será corrigido pelo IPCA+3% ao ano ou pela taxa do CDI, desde a data de cada programa até a data de exercício da opção.

Do preço de exercício será descontado o valor de dividendos deliberados entre a data de cada programa e a data de exercício da opção.

A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações da Companhia no mercado

A despesa reconhecida referente a serviços de funcionários recebidos durante o exercício está demonstrada na tabela abaixo:

Consolidado		
2016	2015	
2.999	4.100	
2.999	4.100	
	2016 2.999	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 16. Plano de opção de compra de ações - stock options--Continuação

A tabela a seguir apresenta o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (WAEP) e o movimento das opções de ações durante o exercício:

Em aberto em 1º janeiro
Concedidas durante o exercício
Exercidas durante o exercício
Expiradas durante o exercício
Em aberto em 31 de dezembro

	Conso	lidado	
20	16	20	15
Nº	WAEP	Nº	WAEP
4.975	7,11	2.174	6,30
750	4,78	2.950	6,02
-	-	-	-
(300)	6,36	(149)	6,30
5.425	6,82	4.975	6,36

# 17. Receita líquida

	Consolidado	
	2016	2015
Vendas brutas de produtos e serviços	477.502	506.044
Devoluções	(33.880)	(14.610)
Ajuste a valor presente sobre as vendas	(19.639)	(22.046)
Impostos sobre vendas	(65.951)	(75.586)
Outros	2.841	3.491
Receita líquida	360.873	397.293

As vendas de serviços historicamente não ultrapassam 0,5% do total das vendas brutas de produtos e serviços.

O valor referente a incentivos fiscais de ICMS reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é R\$20.217 (R\$18.448 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Custo e despesa por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Matéria-prima, mercadoria e materiais de uso e consumo	_	_	(152.410)	(130.586)
Fretes e armazenagens	-	-	`(12.917)	(14.652)
Gastos com pessoal	(1.151)	(806)	(101.466)	(115.331)
Serviços prestados por terceiros	` (247)	`(64)	`(43.541)	`(50.873)
Impostos e taxas	(90)	(66)	(2.280)	(3.179)
Aluguel de imóveis e equipamentos	-	` -	(5.480)	(6.042)
Depreciação, amortização e impairment	(3)	(3)	(9.930)	(10.209)
Participação nos lucros	-	-	164	(3.719)
Opções de compra de ações - stock options	(153)	-	(2.999)	(4.100)
Amortização valor justo aquisição Dumont	-	-	(3.414)	(4.135)
Outras despesas	(103)	(132)	(18.055)	(22.812)
	(1.747)	(1.071)	(352.328)	(365.638)
Classificado como				·
Custo dos produtos vendidos	-	-	(191.293)	(190.515)
Despesas de vendas	-	-	(124.091)	(129.581)
Despesas administrativas	(1.594)	(1.071)	(35.735)	(36.416)
Outras despesas operacionais, líquidas	(153)	-	(1.209)	(9.126)
	(1.747)	(1.071)	(352.328)	(365.638)

# 19. Resultado financeiro

	Consolidado	
	2016	2015
Despesa financeira		
Empréstimos e financiamentos	(6.883)	(19.383)
Variação cambial	(22.220)	(33.238)
Outras despesas financeiras	(640)	(2.084)
Descontos financeiros concedidos	(4.015)	(3.379)
Perdas com derivativos	(51.978)	-
	(85.736)	(58.084)
Receita financeira		
Receita de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	6.179	6.274
Realização de ajuste a valor presente	18.028	17.808
Juros de mora	7.187	3.508
Ganhos com derivativos	-	15.592
Variação cambial	47.652	14.303
	79.046	57.485
Resultado financeiro	(6.690)	(599)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 20. Transações com partes relacionadas

#### 20.1. Consolidado

#### a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados está apresentada a seguir:

	Consolidado		
	2016	2015	
Salários e encargos dos gerentes	12.145	11.884	
Remuneração e encargos da diretoria	6.723	5.294	
Opções de ações	2.999	4.100	
	21.867	21.278	

#### b) Operações realizadas entre empresas controladas

Em 2016 as operações de venda entre empresas controladas totalizaram R\$20.129 (em 2015, R\$20.848). As vendas são realizadas dentro das práticas comerciais que a empresas aplicam aos seus clientes.

#### 20.2. Controladora

Exceto pelo valor de dividendos a receber registrado em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$7.255 (R\$10.233 em 2015) da controlada TASA, não existe qualquer outro valor de transações com partes relacionadas.

#### 21. Instrumentos financeiros derivativos

#### a) Mercado futuro de dólar (forward) e swap cambial CDI X USD

O Grupo, com o objetivo de reduzir sua potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$/US\$ utilizada para liquidação de suas importações e de seus empréstimos captados em moeda estrangeira, contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar e *swap* cambial CDI X USD BRL.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo circulante ou não circulante e a contrapartida é registrada na demonstração de resultado nas rubricas de "Receitas e/ou despesas financeiras".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 21. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

#### a) Mercado futuro de dólar (forward) e swap cambial CDI X USD--Continuação

É importante ressaltar que a utilização de derivativos cambiais se restringe tão somente à proteção do valor contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos seis meses subsequentes e de empréstimos captados em moeda estrangeira.

Qualquer variação na cotação do US\$ que vier a causar perda nos investimentos derivativos tende a ser compensado por ganho na liquidação dos câmbios relacionados a compras de fornecedores estrangeiros.

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de mercado futuro de dólar em aberto em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$21.249, equivalentes a US\$6.520 (R\$53.613, equivalente a US\$13.730 em 31 de dezembro de 2015) e o de *swap* em reais corresponde a R\$100.314 (R\$ 166.276 em 31 de dezembro de 2015). Adicionalmente o efeito no resultado do exercício das duas operações em 31 de dezembro de 2016 correspondeu R\$19.269 (R\$3.183 em 31 de dezembro de 2015). O risco provável para fins de análise de sensibilidade tem como referência a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2016. O risco provável do *swap* em reais tem como base a cotação do CDI acumulado até 31 de dezembro de 2016.

#### b) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

		31 de dezembro de 2016					
		Cenário					
			Valor de				
_	Ativo	Passivo	referência	Risco	Provável	25%	50%
<b></b>		(0.10)		Desvalorização	(4.070)	(2.222)	(44.004)
Derivativo cambial	-	(812)	21.249	do US\$ Aumento da taxa	(1.070)	(6.382)	(11.694)
Swap em reais - CDI	-	(18.457)	100.314	interna de juros	(26.090)	(29.162)	(31.826)
		31 de dezembro de 2015					
				Cenário			_
			Valor de				===:
<u>-</u>	Ativo	Passivo	referência	Risco	Provável	25%	50%
				Desvalorização			
Derivativo cambial	1.256	-	53.613	Desvalorização do US\$ Aumento da taxa	(904)	(13.403)	(26.806)

No cenário provável é considerada a taxa de fechamento de câmbio do último dia do mês de encerramento do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

#### 22.1. Fatores de risco financeiro

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

### a) Risco de mercado

#### (i) Risco cambial

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data de liquidação. As importações são integralmente liquidadas num período máximo de até 360 dias entre a data de embarque e a data de liquidação do contrato de câmbio.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os ativos do Grupo que estão sujeitos a taxas de juros fixas são representados pelos saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos, mensurados a valor justo por meio do resultado, e as aplicações financeiras que são remuneradas com taxas variáveis de juros com base na variação da taxa de certificado de depósito interbancário.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo, vinculados às taxas variáveis de juros, especificamente à taxa média diária dos depósitos interbancários (DI). A política do Grupo tem sido em manter os empréstimos em taxas variáveis de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### 22.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

- a) Risco de mercado--Continuação
  - (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros --Continuação

A administração do Grupo considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A administração não considera o risco de taxa de juros crítico em suas operações.

#### b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber (Nota 22.6).

#### c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O Grupo monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### 22.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

#### c) Risco de liquidez--Continuação

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
		Entre um	Entre três	Acima
	Menos de	e dois	e cinco	de cinco
	um ano	anos	anos	anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos	60.905	40.614	-	-
Contas a pagar por aquisição societária	1.103	-	24.984	-
Salários e encargos sociais a pagar	7.025	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	47.236	9.397	-	-
Em 31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos	71.924	48.286	47.233	-
Contas a pagar por aquisição societária	1.103	-	22.813	-
Salários e encargos sociais a pagar	8.414	-	-	-
Licenciamento a pagar	-	560	-	-
Fornecedores e outras obrigações	23.455	1.924	1.111	-

Os passivos em empréstimos contraídos estão discriminados na Nota 11.

#### 22.2. Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do exercício social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### 22.2. Gestão do capital -- Continuação

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do exercício social.

Em 31 de dezembro de 2016 a dívida líquida do Grupo monta R\$84.541 e corresponde a 18,16% do patrimônio líquido (em 2015, R\$147.427, equivalendo a 31,86% do patrimônio líquido).

O endividamento tem como origem relevante a captação de recursos aplicada na aquisição da Dumont.

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

#### 22.3. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Nível 2 - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo das contas a receber, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas do Grupo. A análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM está apresentada na Nota 21.

Nível 2 - As taxas de juros de empréstimos e financiamento são pré-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado.

Nível 1 - Caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores, adiantamentos e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### 22.3. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

#### 22.4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos	Consolidado	
	mensurados a valor justo	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2016 Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários	24.621	-	24.621
Contas a receber de clientes	-	219.667	219.667
Caixa e equivalentes de caixa	16.978	-	16.978
Depósitos judiciais		1.995	1.995
	41.599	221.662	263.261
		Consolidado	
	Passivos mensurados a valor justo	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2016 Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos	-	101.519	101.519
Valor a pagar por aquisição de participação societária	-	26.087	26.087
Derivativos - swap	19.269	-	19.269
Obrigações legais		37.364	37.364
	19.269	164.970	184.239

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

# 22.4. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

	Ativos	Consolidado	
	mensurados	Empréstimos	
	a valor justo	e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2015			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários	-	27.002	27.002
Contas a receber de clientes	-	227.274	227.274
Caixa e equivalentes de caixa	-	20.016	20.016
Instrumentos financeiros derivativos	6.515	-	6.515
Depósitos judiciais	678	-	678
	7.193	274.292	281.485
		Consolidado	
	Passivos	Outros	
	mensurados	passivos	
	a valor justo	financeiros	Total
31 de dezembro de 2015			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos	-	167.443	167.443
Valor a pagar por aquisição de participação societária	-	23.916	23.916
Licenciamentos a pagar	-	560	560
Derivativos - swap	3.332	-	3.332
Obrigações legais	-	22.598	22.598
	3.332		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### 22.5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou provisionados (*impaired*) pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado	
	2016	2015
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Clientes nacionais	174.734	202.210
Clientes regionais e locais (Magazines)	19.076	21.290
Outros	25.857	3.774
Total de contas a receber de clientes	219.667	227.274
Conta corrente e depósitos bancários e títulos e valores mobiliários (*)		
AAA	41.582	46.912
	41.582	46.912

- (\*) Classificação extraída através do relatório da agência classificadora Fitch Ratings Brasil Ltda. O Grupo somente utiliza instituições financeiras com *rating* de AAA para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos.
  - Clientes nacionais clientes de abrangência nacional, na maioria das vezes com grandes redes de pontos de venda atendendo o território nacional sem histórico de perda.
  - Clientes regionais e locais clientes de abrangência regional ou local, com um ou alguns pontos de venda concentrados na mesma região com eventuais históricos de atraso e baixos níveis de perda.
  - Outros clientes giftline e outros que não possuem histórico de relacionamento recorrente com o Grupo e não têm como atividade fim a comercialização de relógios.

O Grupo efetua a análise de crédito com base principalmente, no histórico de pagamentos do cliente. O limite de crédito é determinado de forma individual, e leva em consideração a sua capacidade financeira, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, o Grupo recorre à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

Para os clientes adimplentes, desde que respeitados os limites de crédito, as vendas são efetuadas automaticamente. Para os clientes que já figuraram como inadimplentes, a autorização das vendas é feita manualmente com base em análise individual, até que o histórico de crédito seja restabelecido.

Nenhum dos ativos financeiros adimplentes foi descontado no último período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 23. Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

#### Controladora

- Aumento de capital em investida no valor de R\$17.900 e dividendos deliberados (recebidos) no montante de R\$20.396 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme descrição da Nota 8 (R\$6.931 em 31 de dezembro de 2015 de dividendos deliberados).
- Reserva reflexa de opções outorgadas registradas por investidas da Technos S.A. no valor de R\$2.849 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$4.100 em 31 de dezembro de 2015).
- Efeitos de conversão da investida no exterior da Controlada TASA no montante de R\$4 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Não houve operação semelhante em 2015.

#### Consolidado

 Aquisição de imobilizado através de arrendamentos mercantis no montante de R\$1.055 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Não houve operação semelhante em 2015.

# 24. Outras informações

#### 24.1. Licenças de uso de marca

O Grupo possui as licenças para a comercialização das marcas Euro, Allora, Seiko, Mormaii, Timex, Fossil, Michael Kors, Empório Armani, Armani Exchange, Marc Jacobs, Adidas, Diesel e DKNY.

#### (i) Mormaii

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Mormaii, pelo prazo de 15 anos a findar em 31 de agosto de 2026. De acordo com o esse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca, a título de *royalties*, um percentual do valor bruto sobre as vendas dos produtos com a marca Mormaii. Foi pago valor inicial a título de antecipação de uma parcela dos *royalties*, registrado como adiantamentos a fornecedores, devendo ser descontado mensalmente do *royalty* efetivamente apurado à razão de 1/180 meses. Caso o contrato seja extinto antes de seu vencimento o saldo a ser descontado será ressarcido pelo licenciante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 24. Outras informações--Continuação

#### 24.1. Licenças de uso de marca--Continuação

#### (ii) Euro e Allora

O Grupo possuía contrato de licença de uso das marcas Euro e Allora, com vigência até 30 de setembro de 2014, renovável por mais 5 anos. Com base nesse contrato, o Grupo ficava obrigado a pagar ao detentor da marca um valor fixo mensal, reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM").

Além da remuneração fixa, o Grupo era obrigado a pagar remuneração variável a qual era calculada como base na receita bruta anual das vendas multiplicada por fatores decrescentes, limitados a um valor máximo durante o prazo do contrato.

Em 16 de abril de 2014 o Grupo adquiriu em definitivo o direito de uso das marcas.

#### (iii) Seiko

O Grupo possuía contrato de licença de distribuição exclusiva da marca Seiko em território nacional, com vigência até 31 de março de 2014. Para o uso da licença Seiko, a única exigência requerida era que todos os componentes utilizados nos relógios da marca Seiko utilizem componentes genuínos da marca, não sendo permitido o uso de qualquer outro componente que não sejam oriundos da Seiko.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 24. Outras informações--Continuação

#### 24.1. Licenças de uso de marca--Continuação

#### (iii) Seiko--Continuação

Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo rescindiu o contrato de distribuição exclusiva da marca Seiko, sem aplicação de multa rescisória às partes. O estoque remanescente foi totalmente absorvido pelo novo licenciado da marca no Brasil. A receita da Seiko correspondia aproximadamente a 1,5% do faturamento anual do Grupo.

#### (iv) Timex

O Grupo em 11 de janeiro de 2012 firmou contrato de distribuição e direito de uso de marca com a TMX LIMITED N.V., ("Timex"), tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização dos relógios da marca Timex de forma exclusiva em todo o território nacional.

O contrato tem duração até 31 de março de 2016, e não envolve recursos iniciais ou pagamento de royalties. A renovação do acordo por período adicional de três anos é automática e está vinculada ao atingimento de alguns indicadores operacionais. A operação com a Timex foi automaticamente renovada por período adicional de 3 anos.

#### (v) Fossil

O Grupo em 6 de junho de 2013 anunciou a renovação do contrato de distribuição com o Grupo Fossil, tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização das seguintes marcas de relógio no Brasil: Adidas, Fossil, Diesel, Marc Jacobs, Armani Exchange, DKNY, Empório Armani e Michael Kors. Essa parceria exclusiva entre a Fossil e o Grupo Technos é válida até 31 de dezembro de 2016, sendo renovável automaticamente por período adicional de dois anos de acordo com o atingimento de alguns indicadores operacionais. O contrato não envolve recursos iniciais ou pagamento de *royalties*.